



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

CONSELHO DE MINISTROS

SÔMULA DA REUNIÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975

Fundação Cuidar o Futuro

Presentes todos os Ministros, com exceção dos Ministros da Justiça, dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Sociais, substituídos respectivamente pelos Secretários de Estado da Justiça, dos Negócios Estrangeiros e da Saúde. Estiveram também presentes os Secretários de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, da Orientação Pedagógica, da Administração Escolar e da Cultura e Educação Permanente.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-2-

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prazo de funcionamento das comissões de saneamento criadas pelo Decreto-Lei nº 366/74.

O Ministro Magalhães Mota salientou a urgência da publicação de um diploma para prorrogação do prazo em referência por 30 dias, cujo texto leu e que o Conselho seguidamente aprovou.

2. Provimento adequado do Secretário-Geral do Ministério da Comunicação Social.

O Ministro da Comunicação Social apresentou a Conselho um projecto de Decreto-Lei para alteração do artigo 17º do Decreto-Lei nº 48686, de 15/11/68, com vista a possibilitar que o provimento do lugar do Secretário-Geral do seu Ministério, agora preenchido, em acumulação, por um dos Directores-Gerais, passe a fazer-se de forma adequada às actuais necessidades de função.

O Secretário de Estado e o Subsecretário de Estado da Comunicação Social deixaram de existir.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-3-

O Ministro da Economia salientou que uma vez que o lugar de Secretário-Geral era de acumulação com o de Director-Geral, a alteração implica o aumento de um lugar no quadro.

O Ministro da Administração Interna referiu que outro aspecto é o de ser conveniente que estas nomeações sejam interinas, regressando os nomeados à anterior função quando se entenda útil substituí-los.

O Ministro da Comunicação Social disse que reveria esses aspectos.

O Primeiro Ministro salientou que este diploma carecia de assinatura pelo Ministro das Finanças.

O Conselho aprovou o Decreto-Lei, que será reformulado tendo em conta as observações feitas.

3. A Época.

O Ministro da Comunicação Social informou que o sindicato dos profissionais de Artes Gráficas do distrito de Lisboa



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-4-

impugna a passagem de "A Época" para a República, que entende não assegurar os interesses dos trabalhadores, uma vez que a República não garante emprego a todos, podendo receber apenas 30 ou 40.

Põe a seguinte questão: rever o problema ou executar a decisão tomada?

A República continua interessada.

Na carta do sindicato diz-se que os trabalhadores não recebem vencimento há 3 meses e dos seus termos parece depreender-se que havia uma promessa a nível da Presidência da República.

O Ministro Vitor Alves informou que a decisão está tomada. Deve ser executada. Mas uma das razões porque se resolveu a favor da República foi que ela permitia assegurar o emprego a maior número de trabalhadores.

A ideia do Governo não era que apenas ficassem 30 dos 300 trabalhadores em causa.

Competia ao grupo nomeado negociar com a República de forma a que fosse satisfeito aquele objectivo.



O Ministro Álvaro Cunhal salientou que a dificuldade dos outros concorrentes estava precisamente no problema de não poderem receber todos os trabalhadores.

A limitação que apareceu disse apenas respeito ao pessoal da redacção.

Não se pôs qualquer limitação relativamente ao pessoal operário.

O Ministro Vitor Alves disse que há uma proposta escrita da República. No mínimo, a República terá de cumprir aquilo a que se obrigou.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Comunicação Social referiu que o problema está em que se contava que este e outros casos estivessem resolvidos até ao fim do ano, isso não aconteceu e os trabalhadores entretanto não recebem.

O Ministério está a funcionar um pouco como banco. O que o contrato estabelece é que seriam pagos até que a empresa fosse adquirida por outra entidade.

O Ministro Vitor Alves esclareceu que havia um despacho estabelecendo que os pagamentos pelo Ministério cessariam.

Não foi cumprido porque havia um verba que entretanto acabou.

O Estado não garantiu o pagamento.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-6-

O Ministro da Comunicação Social reexaminará o problema.

Mas entretanto os trabalhadores continuam sem receber. Considera justo que reclamem.

O grupo encarregado das negociações terá que tratar do problema.

4. Participação dos trabalhadores na reorganização dos serviços.

O Ministro da Administração Interna distribuiu um documento interno do seu Ministério relativo a regras para participação dos trabalhadores na resolução dos respectivos problemas profissionais e sociais enquanto não existir lei sindical para os funcionários públicos.

O Ministro da Economia acha que esta matéria deve ser objecto de decisão genérica.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que esta solução pode ser, se formalizada, oposição a tentativas de sindicalização que estão em curso e salientou que se vai inserir numa discussão muito ampla que vem tendo lugar na função pública.



O Ministro da Administração Interna acha de estranhar que a Direcção-Geral da Função Pública esteja alheada dessa discussão, como tem acontecido, e referiu que estas regras só serão aplicadas até que a matéria seja definida legalmente.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente salientou que este problema^{se} insere num ponto da ordem do dia, relativo ao LNEC. Está efectivamente em marcha um movimento que não pode ser desconhecido por ninguém e não tem qualquer orientação.

O Ministro das Finanças apoiou a proposta do Ministro da Economia.

A discussão ficou reservada para o ponto 7.

5. Execução da Lei Eleitoral.

O Ministro da Administração Interna tem necessidade de difundir instruções, decisões tomadas, até disposições legais antes da respectiva publicação no Diário do Governo.

Acontece que na TV. e EN. são muitas vezes suprimidas partes importantes desses documentos.

Torna-se necessário que os "comunicados aviso" do MAI relacionados com a campanha eleitoral sejam transmitidos na íntegra.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-8-

O Ministro Vitor Alves informou que basta comunicar por ofício que esses comunicados devem ser transmitidos na íntegra.

6. Bolsa de habitação.

O Ministro da Administração Interna referiu a urgência da aprovação deste diploma.

7. Lei Eleitoral.

O Ministro da Administração Interna referiu que há dificuldades de execução do estabelecido na lei eleitoral relativamente a apresentação de delegados dos partidos, passagem de documentos, composição de mesas, etc, que tornam necessário introduzir alterações à referida lei.

As regras fundamentais que pretende anunciar antes da publicação do diploma que introduzirá estas alterações

referem-se a; antecipação do período para indicação de delegados dos partidos; modificação de representantes nas mesas no caso de os partidos não chegarem a acordo; passagem de credenciais; etc.

Em face do projecto apresentado, o Ministro Álvaro Cunhal salientou tratar-se de questões de fundo.

O Ministro Vitor Alves propôs que o assunto fosse resolvido em reunião dos Ministros Álvaro Cunhal, Magalhães Mota, um Ministro Socialista e o Ministro da Administração Interna.

O Secretário de Estado da Justiça disse que o PS está de acordo e dará toda a colaboração.



8. Aval para Joaquim Francisco dos Santos.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu que estava aprovado o auxílio financeiro até 40 000 contos.

Pediu que fosse autorizada a concessão de um aval dentro desse limite.

O Ministro das Finanças salientou mais uma vez a gravidade da situação resultante da quantidade de avales que têm sido concedidos.

A concessão deste aval foi, não obstante, autorizada.

O Ministro Magalhães Mota absteve-se, porque gostava de saber quais as garantias de que a empresa tem a possibilidade de vir a pagar.

O Primeiro Ministro pediu informações acerca de situações semelhantes, que o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente forneceu.

9. O Século

O Ministro das Finanças informou que, no âmbito da compra do



Século por J. Brito, falta pagar 162 000 contos. Vence-se amanhã uma prestação de 56 000 contos e põe-se o problema da saber se se deve ou não pagá-la.

Os Ministros da Coordenação Interterritorial e Magalhães Mota salientaram a necessidade de um exame mais atento antes de se tomar uma decisão, com o que o Conselho concordou.

ORDEM DO DIA

1. Registo obrigatório de acções.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro das Finanças informou terem sido tidas em consideração algumas das objecções formuladas relativamente à versão anterior, e justificou a manutenção de parte das disposições criticadas.

Quanto ao problema que foi levantado relativamente ao disposto no artigo 149, o Ministro Álvaro Cunhal voltou a referir a possibilidade de uma parte dos objectivos do diploma serem frustrados pela intervenção de acionistas "pintados".

O Ministro das Finanças pensa que a objecção ao artigo 149 não pode ser útil neste momento, mas só quando houver um registo central de acções e um depósito central de acções, o que actualmente é impossível conseguir. Pensa que só com o tempo se poderá talvez ir para um sistema mais perfeito.



Tem muita urgência no diploma, porque em breve se começam a distribuir dividendos.

O diploma foi aprovado, com alterações de carácter técnico, introduzidas no artigo 209 nº1 e alinea b) do nº 2, sob proposta do Secretário de Estado da Justiça.

2. Projecto de resolução do MEC.

O Ministro da Educação e Cultura pediu que a resolução em epígrafe, uma vez aprovada, fosse difundida, e se determinasse o procedimento a seguir no caso de se verificarem situações para cuja solução o MEC precisa de meios que o transcendem.

Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado da Administração Escolar expos desenvolvimento a situação nos estabelecimentos de ensino secundário, que preocupa o MEC pelas dúvidas sobre o caminho que deve ser seguido perante o que se está a passar, problema essencialmente de natureza política.

O ambiente tem-se vindo a degradar, em disciplina e aspectos mais graves, como a droga e outros problemas.

O problema que se põe ao MEC é o de como proceder neste momento.

Parece que o MEC deve identificar as situações e fazer todas as normas necessárias, intensificar todos os contactos com



os estabelecimentos de modo a que esgote todo o diálogo. Isso tem sido feito, embora com erros. Está convencido que não é aí que está o problema, porque os movimentos expressamente dizem que não aceitam o que vem do MEC.

A opção que se põe é a seguinte:

ou efectivamente não é possível ou conveniente por razões de ordem política actuar com determinada firmeza dentro dos estabelecimentos de ensino e a equipa conscientemente aceita que a solução será deixar arrastar as escolas como elas entenderem desde que não haja consequências extremas, e algumas há a funcionar de acordo com o que os estudantes entendem;

ou se entende que o Governo não pode deixar de adoptar determinada posição perante o que se passa nos estabelecimentos de ensino, e então terão de se por em prática medidas que já não são só as normas e o diálogo, que estas não chegam. Poderá ser impedido que os estabelecimentos de ensino funcionem sem uma direcção nomeada pelo MEC, mandatada pelo MEC,



pelo Governo para estar à frente do estabelecimento; se necessário, fazer intervir as Forças Armadas na condução dos estabelecimentos, e estão perfeitamente conscientes do que isto pode significar, dos perigos que pode haver para a própria posição do MFA; e em último caso, encerrar o estabelecimento. O encerramento de um pode arrastar o encerramento de outro, mas pode também sustentar o processo.

O movimento de greve que existe tem alastrado a grande número de estabelecimentos, desencadeado por minorias, em assembleias manipuladas, mas existe.

Tem-se recorrido à desocupação de alguns, por vezes pela força. A pergunta é se isso se vai fazer em todos.

Mas não chega desocupar, porque o processo repete-se.

Em Beja, o Governador Civil, o MFA, os sindicatos, os partidos políticos, conseguiram conjugar os seus esforços para que a própria cidade tomasse posição sobre o que havia a fazer no liceu.

Pergunta se não seria possível as forças políticas, as autoridades administrativas, todas as forças democráticas e o MFA,



em atitude coordenada, a nível regional, atacarem estes problemas.

Trata-se pois, de um problema político que transcende o Ministério da Educação e Cultura.

A sua opinião é que se deve tomar uma posição de clara firmeza e de clara intervenção, não deixar que as escolas funcionem como entenderem mas de acordo com normas superiores, esgotando o diálogo, a persuasão, o contacto dentro da firmeza, actuação disciplinadora sempre que se justifique. Mas isso só valerá a pena se se estiver disposto a ir até ao fim - encerramento de alguns estabelecimentos de ensino, para não ter de recuar perdendo mais prestígio do que já perdeu relativamente ao professorado e às famílias.

Em nome pessoal, parece-lhe que o Conselho de Ministros deve analisar este problema na sua totalidade, incluindo a actuação das pessoas que estão à frente do MEC e podem não ser as que ^{lá}deviam estar neste momento.

Deve ser ponderado se a forma como se tem actuado tem sido a mais conveniente.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica disse que, se a questão se agrava nos liceus, não se agrava menos na universidade, que não está a ser



governada pelo Ministério nem por ela mesma, andando a reboque de forças que não se encontram a si próprias.

Também sobre o ensino superior foi distribuída uma nota.

Há um caos praticamente total relativamente à gestão e administração das escolas ; de uma maneira geral, pelo que dizem membros das comissões de gestão, as aulas decorrem.

Em alguns casos não decorrem.

Os pontos de ataque têm sido vários.

O clima de tensão aguentado durante algum tempo por esforços de horas de persuasão, está a chegar ao termo das possibilidades.

Quanto ao serviço cívico o problema adormeceu.

O decreto da gestão das escolas do ensino superior é atacado.

Foi amplamente discutido.

O clima deteriorou-se e criou-se a mentalidade, a que é preciso por cobro, de que é uma atitude democrática as pessoas conformaram-se com os resultados das assembleias de escola .

O atraso do diploma de saneamento tem causado as maiores dificuldades e a esse respeito já não tem que dizer.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-16-

O Ministro da Educação e Cultura não sabe o que pode fazer.

As escolas têm sido assaltadas e roubadas em dinheiro e documentos.

A cantina tem sido assaltada sem que a polícia intervenha, alegando que não tem efectivos para isso.

Verifica-se o desrespeito afirmado pela lei e resoluções do Conselho de Ministros.

Descreveu seguidamente a situação no IST.

A TV ofereceu 8 minutos para dizer perante o País como e com que que ã vontade os estudantes revogam os decretos-leis do Governo. AEN tem caído na mesma política informativa.

Isto cria um clima de vazio de autoridade para se impor seja que política for, boa ou má.

A judiciária tomou conta do assalto a que antes se referiu para ver quem roubou cerca de 1000 contos.

Se o Governo não tomar uma atitude, os professores passarão a obedecer a tudo quanto um pequeno bando ordenar.

O ensino superior neste clima não pode funcionar.

A preocupação manifestada numa reunião anterior havida no MEC foi de que o que se passa no MEC é efectivamente uma crise de autoridade e prestígio do Ministério, que resulta de ai incidirem com especial acuidade os vários problemas de natureza política que a sociedade portuguesa está a registar.



Na escola pesam especialmente grupos políticos que não têm força política fora dela. Não é só de agora e tem continuado que a luta contra o Ministério se confunde com a luta contra aqueles que sobretudo na escola têm aprovado a política do Ministério - UEC e pro - UNEP, o que tem sido reconhecido pelos Ministros anteriores e pela actual equipa. Daí as acusações de aliança com o Comunismo, e um anti-comunismo semelhante ao da guerra fria.

Na universidade, toda a luta é uma luta política marcada pelo ferrete do anti-comunismo.

Viu que concordaram com esta sua interpretação na reunião a que atrás se referiu, por largo consenso.

Os grupos que dentro da escola sempre apareceram a perguntar como se pode colaborar, querem que a escola trabalhe, não querem passagens administrativas, foram sacrificados, perderam terreno, perderam prestígio, viram diminuir a sua força; perante a impossibilidade de o Ministério lhes dar apoio é natural que eles próprios tenham recuado e a sua própria força tenha decrescido, e daí a subida de todos os outros grupos, não só os grupos esquerdistas, mas também as juventudes socialistas e as juventudes sociais-democratas, num reflexo da luta anti-comunista que efectivamente se desenrola.



Dificultam a possibilidade técnica de uma solução. Dificultarão a nomeação de uma pessoa ou grupo de pessoas que seja aceite.

Não sabe se a solução militar resolverá.

A última solução seria encerrar as escolas.

Antevendo que as coisas se tenham de encaminhar para aí por elas próprias, essas forças dizem que, se as escolas vierem a fechar, o MEC é que tem a culpa.

Também pergunta se esta equipa, pela parte que lhe toca, é ou não a que serve para resolver os problemas das escolas.

Da reunião, já referida, que durante um dia inteiro mobilizou o Ministro, os Secretários de Estado e os Directores-Gerais do Ministério da Educação e Cultura, saiu o pedido de que dissessem ao Governo que o País vive numa situação em que as escolas podem bem ser os camiões do Chile.

Todos so esquerdistas e toda a reacção estão a tentar introduzir-se por aí.

O sector do ensino afecta milhões de famílias. A saudade do fascismo aparece aqui e além.

Trata-se de saber se os democratas estão ou não dispostos a defender firmemente a democracia.

É preciso que Forças Armadas, Partidos políticos, Governo, tomem consciência e façam tudo para conjugar esforços no sentido de uma política comum que verdadeiramente defenda a democracia.



O Ministro Vitor Alves pensa que o problema é global, embora aceite que tenha de ser resolvido por fases, das quais a primeira pode ser a do ensino.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica ^{disse que} a interpretação que se tem feito no MEC tem sido exactamente no sentido de esta situação ser fruto da incerteza política do País.

O Ministro da Educação e Cultura disse que aquilo que se passa nas escolas pode ser um espelho onde se antevê já qual-quer coisa da agitação que se possa passar fora delas.

As prioridades terão de se ver.

O Secretario de Estado da Orientação Pedagógica é da mesma opinião. Disse que há muito pretendem chegar ao encontro do MFA.

E lamenta que pareça que só agora o Governo desperte para este problema.

Uma das dificuldades que têm sentido é certa falta de coordenação entre as entidades políticas que têm que ver com o destino do País.

Muitas das dificuldades do sector da Educação e Cultura são um legado da ditadura fascista. Os problemas acentuam-se de uma maneira tão caudalosa, que absorvem todo do tempo. Na primeira fila das reivindicações estão muitas vezes pessoas que estiveram comprometidas com o fascismo e querem tudo e já.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

-20-

Além disso, há uma crise de adaptação do sistema global da sociedade portuguesa.

Têm tentado algumas inovações orientadas num esforço de democratização. Mas esse esforço é frequentemente prejudicado porque a imprensa é a opinião ^{bom} dada mais depressa pelo que qualquer actuação possa ter de menos e porque as iniciativas são muitas vezes adulteradas.

Além disso, há investidas políticas de grupos de estudantes e docentes e estabelecem-se as mais suspeitas alianças que tornam a juventude presa fácil de manipulação.

O clima de intimidações e violência, onde está instalado, cria uma vida impossível aos professores.

Os pretextos, não razões, são vários.

Há um mal-estar que pode resultar da dificuldade do MEC em dar resposta aos problemas da juventude, no que respeita ao problema das greves, que assume duas formas, uma das quais é recusar o liceu, outra recusar as aulas e ocupar os liceus, influenciando em crianças não esclarecidas politicamente mas sensíveis à solidariedade académica tradicional.

Mas aqui trata-se de um tipo de concepção política, o poder pertence às assembleias mesmo que não sejam representativas.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-21-

Pode : ser uma forma de gerir quando há qualidade e técnica, mas isso não existe neste País.

Há professores que vivem num perfeito temor e têm razão para isso.

Já foi sublinhado o efeito político que isto pode ter.

Deve fazer-se uma campanha de reabilitação da lei.

A legalidade democrática é um valor que tem que ser restaurado porque é diferente da legalidade fascista. Mas é preciso esforço para que a legalidade de facto possa ser restaurada.

O MEC tem tentado falar com o Governo, com o MFA, é preciso que todas as autoridades se concertem para definir uma estratégia e pô-la a actuar.

Falou de situações concretas. De dúvidas e incertezas sentidas a vários níveis. Referiu que há dificuldades, contradições de ordem geral, querelas partidárias que as repercutem, mas pensa que é tempo de ir para projectos bem claros entre as forças interessadas em defender esta situação, não só através da unidade negativa contra o facismo, mas da unidade positiva por qualquer coisa que é preciso fazer.

Pensa que é urgente que todos se unam numa declaração bem clara e ponham bem em acção a unidade para a resolução dos problemas concretos.



O Ministro da Administração Interna lembra que por vezes chamou a atenção dos colegas para a necessidade de considerar que os Governadores Civis, representantes do Governo, que têm solicitações a fazer a planos diversos, precisam de entrar em contacto directo com eles e muitas vezes o tentam sem resultado.

Põe agora o problema à equipa da Educação.

O Secretário de Estado da Orientação Pedagógica não tem notícia de que se tenham furtado alguma vez, estando muitas vezes em contacto com Governadores Civis. Remonta ao tempo do Professor Magalhães Godinho uma proposta do Secretário de Estado da Administração Escolar para contactos com os Governadores Civis.

O Ministro da Administração Interna pensa que as dificuldades podem situar-se ao nível dos serviços, o que convém averiguar. Vai pedir mais uma vez, e agora por escrito, a aceitação do contacto em permanência e directo entre os Governadores Civis e o Governo.

O Secretário de Estado da Orientação Pedagógica disse que, quanto aos comandos operacionais, também o MEC sente dificul-



dade, por não estar montado um dispositivo que permita saber com quem se pode falar. Pensa que as situações amadureceram bastante para que as pessoas compreendam que o tempo não está para cerimónias protocolares.

O Ministro Magalhães Mota já teve ocasião de dizer que a situação da escola se insere numa situação global e que o risco de incogrência é extremamente grande. Pensa que aquilo que se passa em relação aos estudantes é que ampliaram práticas que na sociedade portuguesa se estão a desenvolver, até com generalizado apoio.

Referiu que há de facto muitas tarefas neste País, que o Governo deve a si próprio e ao País ser capaz de as desempenhar e está a ocultar a incapacidade de construir, através de um agudizar de querelas, de divisões, que podem por efectivamente em risco todo o processo.

Concorda que é nas tarefas concretas que se faz a unidade e que era preciso definir muito claramente os objectivos para continuar essa unidade. Depois, jogar as regras de jogo com a necessária clareza e sem jogadas de antecipação. Haveria muita coisa a discutir em conjunto para se chegar a resultados objectivos. E é preciso que a prática da realização dos pro-



jectos a que todos se comprometeram não seja efectuada de um modo defeituoso, isto é, que a unidade prossiga nos contactos para que os propósitos e as soluções comuns não sejam atraídos por uma prática em que sejam canalizados ao serviço só de um sector.

Pensa que se tem já bastante experiência para poder ultrapassar estas dificuldades.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, perante um mal estar da sociedade política portuguesa, pensa que a experiência prova que uma política na educação pode ser coroada de sucesso se reunir: uma linha programática com o correspondente aparelho normativo e organizativo ou gestor; uma mobilização da opinião pública em volta dessa linha programática; a existência de um poder político capaz de levar à prática essa linha contra as minorias que se situam sempre à extrema esquerda ou à extrema direita.

O terceiro elemento ultrapassa o contexto do MEC. É um problema de Estado, poder político, autoridade. Há pois uma necessidade premente de reagir. O descrédito do Governo aumenta. Não atinge apenas os partidos políticos. Atinge o próprio



MFA, garante maior do processo democrático português. Quer isto dizer que o problema não vai ter só consequências eleitorais mas também políticas, que são mais graves.

A situação é favorável porque existe uma linha programática, progressista em matéria de gestão, onde se suporta até comparação com outros países.

O segundo elemento não existe mas pode criar-se facilmente porque a opinião pública está realmente cansada com a situação nas escolas.

Crê que tem de haver verdadeira advertência, solução ao mais alto nível do Governo: antes de mais deve anunciar-se a decisão do Governo sobre a solução a curto prazo da situação nas escolas, liceus e universidades, com uma análise completa de todos os abusos, demissões, droga até.

Depois, há que sublinhar o esforço financeiro que o ensino significa.

Por último, durante curto prazo, a determinar, deve-se continuar a mobilizar a opinião pública, denunciando o legado do fascismo e descrevendo o que foi realizado e proposto após o 25 de Abril, aperfeiçoar o aparelho gestor, na sua organização e no seu conteúdo, reorganizar o MEC, dividindo-o em Ministérios da Cultura e Investigação Científica, e ^{do} Ensino Superior, Secundário e Primário.

Durante o curto prazo de persuasão e diálogo com todos os interessados, prever que serão usados meios coercivos adequados



contra alunos, professores, ou pais, pois o problema não é deste ou daquele movimento estudantil, mas o problema da autoridade do Estado, da inexistência de um pacto real entre os partidos.

Isto supõe, não a demissão dos actuais responsáveis do MEC, porque isso poria a demissão do próprio Governo actual, mas que o Governo possa discutir com a JSN a questão da autoridade do Estado português.

O Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente não quis deixar de aproveitar esta oportunidade para prestar a sua homenagem aos seus colegas do MEC. Disse que o exercício deste cargo tem sido apesar de tudo agradável, exactamente por ser feito junto de pessoas que considera modelares na consciência das suas responsabilidades, no esforço sem limites que têm desenvolvido na tentativa de resolver os problemas. Adere inteiramente às considerações do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, com alguma reserva quanto à criação do Ministério da Cultura e Investigação Científica, que não interessa agora desenvolver.

Por outro lado, não quer deixar de referir que o trabalho no Ministério tem sido colegial, por iniciativa do Ministro, e considera-se corresponsável pelo que tem sido o trabalho desta



equipa. Por isso repete o que os colegas disseram, todos a título de pessoal. Também põe em questão a propriedade da sua presença nesta equipa.

O Ministro da Educação e Cultura, na sequência da intervenção do Ministro da Administração Interna quanto à ligação com os Governadores Civis, só há uns dias tentou fazer a ligação com eles.

Está em total acordo com a proposta feita pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Economia disse que, nesta preocupação que o País tem vivido, não tem sido fácil escolher entre dirigismo e espontaneidade criadora mas muitas vezes anarquicante, que a espontaneidade e o facto consumado têm tido vencimento sobre o facto normativo, que se trata de um quadro geral de desrespeito pela lei e pelas hierarquias mesmo do Governo. Referiu que o verbalismo revolucionário também existe em sectores que deviam ser responsáveis, pois problemas como os dos liceus, se passam nos locais de produção, por razões diferentes mas com semelhante tratamento pelos órgãos de informação, o que não favorece o País que se quer construir.



Salientou que o programa da política econômica e social não recebeu da imprensa o tratamento que devia ter recebido. Também acha que o problema está na autoridade global do Governo e de quem tem o poder político. E também entende que o problema seja encarado como problema político global, com a JSN, tal como está proposto.

O Ministro Álvaro Cunhal, em primeiro lugar, acha que uma coisa é atacar o problema que é posto, outra inseri-lo num problema mais global. Entende que em situações difíceis se deve distinguir entre os amigos e os que o não são, embora num processo revolucionário com contradições. Salientou que para as soluções é necessário quem se interesse por elas, são necessários os homens que se unem ou se dividem.

Quanto ao debate, não sabe se tem de se partir para considerações globais em relação a todo o processo, em termos que não sabe se se inserem nas conversações que tem havido entre o Governo e os partidos.

O Ministro da Coordenação Interterritorial disse ter sido dos primeiros a preocupar-se com um caminho que levará à confrontação com os estudantes.

Réferiu que esta equipa revelou uma franca compreensão dos problemas.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-29-

Está de acordo com o Ministro Álvaro Cunhal em que se deve distinguir os amigos dos que o não são. Uma vez que a confrontação está estabelecida, há que evitá-la. Pensa que seria desejável que se pudesse resolver o problema por meio de reformas.

As medidas tomadas agravaram os problemas porque se tem tentado adiá-los em vez de os resolver.

Ao aprovar os diplomas, houve sempre consciência das dificuldades que podiam vir a surgir, e que também o encerramento das escolas não viria resolver os problemas. Compreende os jovens. Só em última circunstância aceita uma solução de tipo repressivo, tão traumatizados ficámos da repressão no tempo do fascismo.

Acha que há que repensar os problemas.

Foi preciso que tivesse havido tolerância para se poder ser agora claro para com os estudantes e pais. Também lhe parece que o problema é mais vasto, embora não esteja isso na ordem da discussão, porque não se pode estar contra os estudantes que são contra o MEC e aceitar partidos políticos que inscrevem no seu programa que estão contra as eleições.



A crise de autoridade e legalidade não se situa só ao nível das escolas.

Talvez valesse a pena fazer o ponto da situação.

O horror que todos sentem à repressão não tem qualquer paralelo com medidas que se possam tomar, pois as medidas repressivas que agora se usassem não seriam contra a liberdade, mas em sua defesa e da democracia, o que lhes daria uma justificação bastante forte.

Pensa que é altura de ver até que ponto se errou, até que ponto se acertou, o que se deve deixar, onde se há-de insistir.

Quanto à escola, pensa que se justificaria um despacho mais firme do que o que o MEC propõe. Depois, a advertência de que se impõe o seu cumprimento.

Acha que não se deve assistir aquilo a que se tem assistido sem responsabilizar ninguém com o argumento de que se trata de jovens, pois muitos já fizeram a tropa, são casados, têm filhos, e não acha justo que se responsabilize um trabalhador por qualquer acto de menor importância e não se responsabilize um estudante que cometa toda a espécie de abusos, só porque é estudante.



O Ministro da Educação e Cultura disse que o problema que trouxe ao Conselho a equipa da Educação, que a preocupa para cuja resolução quer levar uma orientação definida, é na verdade o problema das escolas.

Preferem o concerto com quem detem a autoridade para poderem actuar, punindo quem deve ser punido, persuadindo quando possível.

Não pensa que continuando com o mesmo tipo de actuação que se tem tido até agora se possa resolver esse problema.

Quanto à revisão de determinações anteriores, o serviço civico vai ser discutido a seguir.

Quanto à revisão de atitudes a assumir, toma a mesma posição que tomaram os elementos da equipa do MEC.

O Primeiro Ministro disse que já quando a equipa da educação veio pela primeira vez ao Conselho lamentou que o Presidente da República não tivesse estado presente. Considera, pois, positiva, a proposta apresentada nesse sentido.

Vai reflectir sobre ela e oportunamente se poderá fazer o encontro proposto.



Pensa que estes encontros ajudam a detectar as verdadeiras causas, que podem ser outras que aquelas em que as pessoas estão habituadas a pensar.

Agora, gostava que se debatesse o problema das medidas concretas a adoptar.

O Ministro da Educação e Cultura reafirmou os termos da proposta e deu mais informações sobre diversas situações concretas.

Fundação Cuidar o Futuro

O Primeiro Ministro pensa que talvez com a deterioração da situação os partidos se apercebam de que devem unir os seus esforços no sentido de prevenir o que se está a passar. Crê que depois do que hoje foi dito os partidos sentirão mais essa necessidade. Pensa que, uma vez esgotados todos os recursos persuasórios, se teria de usar a acção coerciva. Não sabe em que medida os próprios partidos poderão controlar as suas juventudes. Quanto às Forças Armadas, terá de lhes ser posto o problema.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente pensa que, desde que as Forças Armadas estejam devidamente instruídas, têm ainda prestígio suficiente para entrar nos liceus sem que



haja confronto.

O Primeiro Ministro reafirmou a ideia de que o agravamento desta situação mostra bem a importantíssima acção que os partidos políticos e outras forças podem ter, unindo-se em bases concretas, como disse o Secretário de Estado da Orientação Pedagógica. Pensa que é necessário ter presente que o inimigo é a reacção e o fascismo, que perante perigos como estes, os tais camiões do Chile que podem entrar pelas escolas, não deve haver dúvidas de que os partidos têm de ser unidos. Há um largo campo de actuação comum em que podem ser muito úteis ao País, sem abdicar, é evidente, das suas ideologias próprias. Combatendo direitismos e esquerdismos, apagando o que os divide e trazendo mais à superfície o que os une, porque se trata de um problema nacional e uma vitória sobre uma situação destas pode ter um efeito pedagógico, deixar as pessoas mais conscientes, consolidar mais a democracia. Dá ênfase a este aspecto e vai tratar de propor estes contactos da equipa da educação com as Forças Armadas, para haver também um conhecimento mais completo e mais perfeito da situação actual dada pelos intervenientes directos, o mais rapidamente possível.



O Ministro da Defesa Nacional procurará esclarecer sobre estes assuntos os chefes militares no sentido de uma actuação não repressiva.

O Ministro Álvaro Cunhal, em relação à discussão mais ampla, pensa que poderá ter-se noutra oportunidade.

Por parte do seu partido há o maior interesse em trocar impressões a nível partidário e só haverá boa vontade em estabelecer contacto com os outros partidos da coligação.

Quanto à intervenção das Forças Armadas, porque grande parte da população em causa são crianças, seres frágeis que podem sofrer na confusão, acha que é preciso cuidado na maneira de tomar medidas repressivas.

Quanto ao projecto de resolução, pensa que seria de evitar toda a indefinição acerca do tipo de medidas que se pensa tomar, mantendo a linha geral, mas atenuando certas expressões.

O Ministro Magalhães Mota só pode adiantar uma opinião pessoal, porque recebeu tarde a resolução. Pensa que seria mais útil que, antes de haver uma resolução, houvesse de facto a possibilidade de um encontro não só com os partidos mas



também com as Forças Armadas, até um encontro conjunto, pois qualquer resolução corre o risco de ser contraproducente se não se realizar.

O Secretário de Estado da Administração Escolar, chegado o momento de tirar conclusões, pensa que se desenha a opção inicialmente posta para resolver a situação.

Assim, o primeiro ponto é que é extremamente urgente que se avance, pois cada dia que passa a situação mais se degrada.

O segundo ponto é que o MEC está perfeitamente consciente de que o grosso da acção é seu e é o MEC que tem que preparar as baterias fundamentais para o avanço. O que é preciso é que ao avançar tenha sido coberto pelas forças máximas: MFA, Partidos, Governo Provisório.

Imediatamente a seguir, há que reunir com os governadores civis e comandantes das regiões militares, para acertar a nível regional, o que foi discutido a nível central. Então o MEC entrará em reuniões com todos os estabelecimentos de ensino por ordem decrescente dos problemas que tiverem, e através de criação mediata^{de} uma estrutura de emergência ao seu próprio nível. Aqui se põe o problema da nomeação de responsáveis onde não possa haver comissão democrática, e a colaboração das Forças Armadas, para intervenção coadjuvante da direcção civil dos estabelecimentos, a exemplo



do que já se fez em alguns sítios^e que pode ter um significado muito importante em certos pontos da província. Quanto a greves, tentar-se-ia assentar com os governadores civis na actuação a ter, sobretudo na província. Intervir-se-ia disciplinarmente quanto a alunos e professores, quando fosse caso disso. Em casos limites, ver-se-ia em que medida seria de considerar intervenção militar ou ir até ao encerramento. Estes pontos poderiam servir de base às reuniões com os partidos e o MFA. A terminar, reafirmou que o primeiro ponto é a necessidade de rapidês.

O Ministro Vitor Alves propôs que no dia seguinte dois representantes dos partidos da coligação, a JSN, todo o elenco do MEC, mais os Ministros militares que o Primeiro Ministro designasse, se reunissem em Belem.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica sublinhou a urgência, mesmo para o ensino superior, e pensa que ao nível dos partidos e da Junta, mas também do Conselho de Ministros, vale a pena estarem de acordo sobre os motivos aparentes ou reais utilizados pa-



ra justificar as greves e o desrespeito das regras da gestão democrática. Assim, perguntou se foi ou não provocatório para os estudantes tentar repor as coisas em termos normais; se foi bem decidido o que se decidiu quanto à gestão; se a questão do 1º ano se deve manter; o que se vai fazer no próximo ano lectivo acerca da entrada para a universidade; quem é candidato à entrada na universidade em Outubro do próximo ano. Estes são pontos que devem merecer reflexão no seio do Conselho e na reunião que vai haver.

Se uma actuação exemplar pode ajudar a eliminar muitos problemas, pelo menos na província, está convencido de que o esquema proposto não serve para as escolas superiores.

É apenas à custa de uma atitude política verdadeiramente nacional que se poderão isolar aqueles que causam dificuldades, pondo do mesmo lado os que sinceramente querem aplaná-las.

Pensa que os partidos políticos, o MFA e o Governo Provisório devem pensar se vale a pena evoluir em termos de ensino superior entre uma situação de clara rebeldia das escolas.



SECRETO

O Primeiro Ministro propôs que a reunião em Belem se realizasse no dia seguinte, com a presença da equipa da Educação, de um ou dois representantes de cada partido da coligação e do Ministro da Defesa.

O Ministro Vitor Alves, uma vez que não se tomou decisão sobre o assunto, sugere que o comunicado diga que o debate está em aberto.

O Secretário de Estado de Orientação Pedagógica sublinhou que o despacho em que se restabeleceram as notas antigas foi temperado com medidas de desdramatização dos exames, não havendo ponto único, mas vários pontos, acomodados à situação concreta das escolas de harmonia com o ensino feito, o que foi completamente ignorado. Por outro lado, dizem que o despacho é fascista, reaccionário e demagógico, sem explicarem porquê.

Acha optimo que se realize o encontro proposto, pois já não podem resolver o problema sem o apoio do Governo e das Forças Armadas.

As Forças Armadas já estão de resto a intervir e sem incidentes. O que tem faltado é uma intervenção concertada.



O Ministro da Coordenação Interterritorial propôs que o Governo autorizasse a saída de qualquer texto.

O Ministro do Trabalho repetiu o que já anteriormente propusera: que se proibam entradas nos estabelecimentos a indivíduos que lhes sejam estranhos; que as assembleias tenham um determinado quorum, que se fixe um número máximo de assembleias por mês, um limite de horas, e que se realizem aos sábados ou domingos.

Quanto aos professores, pensa que se deve actuar contra os que estão na origem destes acontecimentos por questões de oportunismo.

Por outro lado, acha que as posições devem ser tomadas logo no início dos processos, pois quanto mais tarde mais difícil e mais drásticas têm de ser as medidas. Entende, pois, que há que eliminar os problemas na origem.

Quanto ao outro ponto, entende que as comissões de gestão devem existir, mas ser consultivas, e que deve haver um responsável perante o Ministério.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente propôs que se



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-40-

divulgassem o mais rapidamente possível no meio estudantil as determinações do MEC sobre os exames, pois não foi dado aos estudantes conhecimento exacto nem completo das directivas do Ministério.

Outro problema é que não está certo que os dinheiros não sejam guardados por alguemque seja de nomeação governamental.

O Conselho delegou num grupo constituido por um representante de cada ramo das Forças Armadas, um ou dois representantes de cada partido para que reunam com a JSN e profiram em nome do Governo uma resolução.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica salientou por último que quaisquer medidas serão inúteis sem o diploma do saneamento e os saneamentos.

O Ministro Vitor Alves informou que o diploma do saneamento voltará a Conselho na próxima 3a. feira.



O Ministro das Finanças acha que devia haver nesta comissão uma pessoa com capacidade de gestão financeira.

O Ministro do Trabalho salientou que o objectivo fundamental desta proposta é resolver um problema de desemprego, que se trata de uma intervenção transitória, que o subsídio de 1 650\$00 seria igualmente atribuído aos trabalhadores em caso de desemprego, não havendo intenção de recorrer a verbas do Estado. E disse que se fora para esta solução com vista a manter a unidade em produção, os operários a trabalhar.

O Ministro Álvaro Cunhal, na sequência da proposta do Ministro das Finanças, sugeriu que o Ministro do Trabalho verificasse se há alguns trabalhadores preparados para a gestão financeira, pois a verdade é que a empresa estava na falência e os trabalhadores passaram a geri-la.

O Secretário de Estado da Justiça pensa que será de fazer a intervenção mas com toda a cautela, ficando expresso na resolução que ela se limita ao prazo estabelecido no artigo



11º do decreto-lei nº 44506, de 10/8/62, referido na alinea d) da proposta.

Por outro lado, o corpo da administração aqui contemplada parece-lhe exagerado num momento em que se devem reduzir despesas.

O Ministro do Trabalho informou que os membros da comissão ficam a ganhar o salário mínimo e a produzir o trabalho normal.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Magalhães Mota repetiu mais uma vez que a situação da cristalaria é idêntica à de outros sectores. Os preços de produção são superiores aos preços de venda. Dará sempre prejuízo.

Assim, uma intervenção numa só empresa de cristalaria cria uma situação ^{de} favoritismo.

Acha que este tipo de intervenções não tem qualquer espécie de justificação.

O Ministro do Trabalho referiu que esta é a primeira intervenção deste tipo, pois os trabalhadores também receberiam os 1 650\$00 se fossem para o desemprego. Para além dessa importância, emprestar-lhes-à dinheiro que é deles.



Os preços de produção serão muito inferiores ao que seriam de outro modo.

O Ministro Magalhães Mota acha que seria preferível reconverter o sector e pagar os subsídios a toda a gente, dentro do sector, criando igualdade, em vez de manter expectativas para coisas inviáveis.

O Ministro Álvaro Cunhal sublinhou o grande apreço que devem merecer os trabalhadores dispostos a trabalhar 12 horas por dia recebendo menores salários, em vez de receberem o subsídio de desemprego sem trabalhar, com o objectivo de manter a empresa.

Pensa que, se esforços como estes não são estimulados, será muito difícil levantar o País.

O Ministro do Trabalho referiu que, ou há a reconversão da cristalaria e os trabalhadores depois deste período transitório continuam a trabalhar nesse sector, ou não há, e terão de passar a trabalhar num sector diferente. De qualquer modo, parece que entretanto é preferível que continuem a produzir, tanto mais que não estão a aumentar encargos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-45-

O Ministro da Economia disse que já salientara que a solução proposta só se pode justificar para resolver um problema de emprego, pois se trata de uma indústria manual que tem ao lado indústria mecanizada que a baterá necessariamente.

O Ministro Vitor Alves, dado que está apenas em causa o subsídio de desemprego, que o problema se põe apenas na optica social, e que não está envolvido o tesouro mas apenas um fundo dos próprios trabalhadores, pensa que será de dar um certo estímulo aos indivíduos que querem trabalhar.

O Ministro Magalhães Mota acha justo que o interesse dessas pessoas seja estimulado, mas uma vez que a intervenção prevista não se justifica, numa optica económica, pois há pessoas a mais numa profissão condenada a curto prazo, pensa que seria preferível dar-lhes o estímulo que merecem proporcionando-lhes cursos de formação profissional que os preparassem para novas actividades.

O Ministro do Trabalho está de acordo excepto em dois pontos. Dado que esta solução não é uma forma de solução do problema mas apenas uma forma de manter o pessoal em melhores condições do que no desemprego, pensa que não é incompatível com a reconversão da indústria.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-46-

Por outro lado, só depois de haver um planeamento a nível nacional se podem adequar os cursos à preparação dos indivíduos para as funções necessárias segundo esse planeamento.

O Ministro da Economia pensa que o Secretário de Estado de Indústria e Energia e o Ministro do Trabalho podem preparar uma proposta no sentido indicado pelo Ministro Magalhães Mota.

O Ministro do Trabalho salientou novamente que esta solução não invalida a reconversão.

O Ministro Vitor Alves referiu que ela pode ser até mais rápida se se criarem assim os cursos de formação em que estes trabalhadores serão empenhados.

O Ministro Álvaro Cunhal discordou.

O Ministro do Trabalho disse que só depois do planeamento conveniente é que pode haver destino para as pessoas que saiam dos cursos.



O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros apoia as propostas do Secretário de Estado da Justiça e do Ministro Magalhães Mota. Salientou que certas disposições do projecto em discussão não estão de acordo com o espírito da conversa tida. É o caso da alínea e). Trata-se de uma forma de gestão nova e de uma espécie de ligação moral do Estado para que esta empresa continue, o que é grave porque pode não ser realizada no futuro se a indústria de cristalaria não puder funcionar.

Propôs pois a reformulação do texto tendo em consideração o espírito que se desenhou nesta discussão.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro do Trabalho disse que o espírito é que os trabalhadores recebam o subsídio de 1650\$00 e além dele a administração atribua mais um certo quantitativo mercê da exploração que a firma vai ter.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros acha que a alínea e), tal como está escrita, dá uma expectativa de futuro. E a alínea c) também. Cria-se assim uma obrigação não só moral mas jurídica. Acha que se deve manter o princípio que se aceitou, mas reformular a proposta.



O Ministro da Economia disse que, por outro lado, é necessária a declaração de falência da empresa para o Estado não ter de suportar o passivo.

A intervenção foi aprovada em princípio, pedindo-se ao Ministro do Trabalho que reformule a proposta.

5. Comissão Nacional Instaladora da Assembleia Constituinte

Considerou-se aprovada a proposta de resolução relativa à Comissão Nacional Instaladora da Assembleia Constituinte.

6. Criação do cargo de Subsecretário de Estado das Obras Públicas.

Foi aprovado o diploma que cria o cargo em referência.